

072ª SESSÃO ORDINÁRIA – 14AGO2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Professor Garcia está com a palavra.

O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Alba Maria Fogaça de Medeiros.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Carmen Luíza Ritter, funcionária da agência dos Correios aqui da Câmara.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Jadyr Fettermann, uma grande pessoa e um grande homem solidário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Ilustre Ver. Dr. Thiago, Presidente desta Casa, Vereadores e Vereadoras, nós todos ficamos profundamente abalados, Ver.^a Fernanda Melchionna, com as informações divulgadas pela imprensa desde ontem, em relação ao que eu poderia chamar de escândalo do Governo Municipal, mais especificamente dentro da área da Procempa, e que nos dá uma medida dramática do grau de corrupção que pode existir em setores específicos de qualquer governo, e particularmente, aqui, estamos falando em Porto Alegre. Quando nós sabemos, Vereadores e Vereadoras, das carências da nossa população, Ver. Bernardino Vendruscolo; quando nós sabemos da ausência de leitos; da dificuldade da educação nas escolas; quando tomamos conhecimento até mesmo de um

asfaltamento de ruas; do aumento do Hospital de Pronto Socorro; quando a periferia é totalmente desassistida, ou pelo menos em grande parte das suas necessidades mais objetivas, mais concretas, mais reais, mais dramáticas, mais ainda nós temos o direito, como população, e o dever, como representantes do Legislativo, de nos revoltarmos. A imprensa hoje fala em valores aproximados de R\$ 50 milhões. Esse valor, sob o ponto de vista da divulgação, é o maior na história de fraudes na cidade de Porto Alegre, pode até ter existido algum outro de valores semelhantes ou superiores, mas que não foi divulgado. Em termos de divulgação, não houve nada superior a essa corrupção que envolve a Procempa e outros setores do Governo, mas centralizados ali nesta Empresa de Processamento de dados, de informática basicamente. Ver. Mauro Pinheiro, isso para todos nós é, repito, profundamente revoltante. Nós, há poucos dias, na verdade, na segunda-feira, anteontem, discutíamos aqui emendas de um plano de metas, não era nem Orçamento, era um Plano Plurianual de metas, onde havia discussões de R\$ 300 mil, R\$ 200 mil, que levava a quase o rompimento da relação entre alguns Partidos de Governo, ou até da própria oposição e do Governo. E nós agora sabemos de fraudes comprovadas da ordem de R\$ 50 milhões! Dinheiro jogado pela janela e todos aqueles requisitos do escândalo financeiro que envergonham tanto, que infelicitam tanto o povo brasileiro e, neste caso em particular, Porto Alegre.

Quero dizer aqui, em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, Presidente, portanto em nome do PSOL, que temos o compromisso de denunciar, de fiscalizar, de apurar com rigor tudo que aconteceu. Nós não temos esse compromisso porque resolvemos tê-lo, apesar de que aceitamos tê-lo de muito bom grado; nós temos o compromisso da Constituição Federal, da Lei Orgânica, do Regimento e do nosso Partido, do PSOL. Nós não vamos compactuar, de forma alguma, nem com a existência e nem com a indiferença principalmente a fatos de tamanha gravidade. Por isso faço este pronunciamento, deixando bem marcada a posição do PSOL, no sentido de que não aceitaremos, de forma alguma, qualquer manobra, qualquer forma, qualquer ato que objetive, de algum jeito, tirar a atenção, diminuir a gravidade desse escândalo. Nós só pararemos de trabalhar, denunciar, buscar e investigar quando tivermos causas, responsáveis, possibilidade de ressarcimento, culpados e punições para um caso tão grave quanto esse. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Meus colegas Vereadores e Vereadoras, prezado público das galerias, população que nos ouve, este é um momento muito triste para a Cidade de Porto Alegre, que vem recebendo notícias verdadeiras da má utilização dos recursos públicos da cidade de Porto Alegre. O que vem sendo denunciado hoje, por toda a imprensa, Ver. Nedel – que não é mais a imprensa local; é a imprensa local, é a imprensa nacional e até a imprensa internacional –, Porto Alegre hoje está nas manchetes como a capital da corrupção brasileira: “Capital federal da corrupção brasileira: Porto Alegre”, isso mesmo, Ver. Nedel. Isso não é pouca coisa. E nós temos debatido os problemas da Cidade, temos buscado ouvir as vozes das ruas nas manifestações que clamam por Saúde, que clamam por Segurança, que clamam por um transporte de qualidade e preço justo.

Eu quero registrar aqui que ouvi o Prefeito Fortunati, ontem à noite, lá em Belém Novo, falando das carências da Saúde, que toda aquela região reclamava e clamava pela melhoria da Saúde pública no Extremo-Sul, da falta de estrutura, da falta de médicos e da falta de postos de saúde. Agora a nossa Bancada já veio a esta tribuna, desde o início do ano, apontando a corrupção que existe na Procempa, assim como apontou a corrupção que existe no DEP, assim como apontou a corrupção que existe na Secretaria da Saúde. Ontem, lá no Orçamento Participativo de Belém Novo, Ver.^a Sofia, havia faixas da população pedindo que o Prefeito e a Polícia Federal investigassem a venda de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, de zero a três salários mínimos, que é para quem merece ter a casa, que já é subsidiada; pedindo ao Prefeito e à Polícia Federal que investiguem a utilização da Saúde pública para comprar votos. E eu quero registrar aqui a vergonha que é para os construtores do Orçamento Participativo quando um Conselheiro chamado Maurício Melo, representando o Governo, está sendo investigado pelo Ministério Público, comprovadamente utilizando o orçamento público para comprar votos, vai fazer discurso, e ele com um ônibus, percorrendo região em região, sempre com os mesmos conselheiros. Isso é a corrupção também do Orçamento Participativo. Nós não podemos ficar calados, esta Câmara, esta Casa, independente do Partido, Ver.^a Luiza, nós temos

que ajudar que a Cidade seja olhada pelo Brasil e pelo mundo como uma Cidade honesta e que aplique bem os seus recursos.

Portanto, num dia como hoje, Ver. Mauro Pinheiro, em que temos uma investigação, dirigentes que estão no gabinete do Vice-Prefeito jogarem sacos de dinheiro pela janela? Não, isso tem que ser investigado por todos Partidos desta Casa, nós não podemos ficar calados. Aqui teria que partir da Mesa Diretora um pedido de investigação do que é dito hoje pela imprensa – como eu disse aqui – local, nacional e internacional. Não podemos ficar calados! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, se me permite, quero fazer um registro de que nós contamos com a presença de livreiros de várias livrarias da cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana e também da representação do Clube dos Editores, que estão protocolando coletivamente um projeto de lei para regradar a venda de livros didáticos nas dependências das escolas.

Eles estão, inclusive, aqui, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eventualmente, para já conversarem com o conjunto dos Vereadores, para iniciar um bom debate, a fim de fortalecer as livrarias para que elas possam sobreviver, manter o ano todo a venda de livros. Vou deixar com V. Exa. uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu quero agradecer à Ver.^a Sofia Cavedon. Quero também solicitar uma ampla e atenta leitura dos queridos Vereadores e Vereadoras ao Regimento da Casa. O art. 17 versa e diz que o Presidente representa a Câmara para todos os efeitos legais; e o art. 227-F, § 1º, diz : “A representação externa da Câmara cabe ao Presidente, nos termos do art. 17 desta Resolução, o qual poderá [isso não quer dizer que existe direito adquirido, nesta matéria] designar um ou mais Vereadores para exercer a representação, quando o evento for de inequívoco interesse deste Legislativo”. Então eu quero deixar isso bem claro, bem consignado dessa forma, para evitarmos dificuldades e transtornos futuros. Porque, se esta Presidência tiver que – e ela tem muitos subsídios fáticos para fazer isso – explicitar com documentos o que está acontecendo nesta Casa, em termos de representação, e que estão sendo e serão, no 2º semestre, corrigidos por esta Presidência, esta Presidência vai explicitar exatamente as

pág. 4

correções que está fazendo e por que está fazendo essas correções nessas questões de representação externa. Eu só quero deixar isso bem claro, na presença de todos os Vereadores que estão aqui, que inclusive foram os portadores, na ausência deste Presidente, de críticas traiçoeiras e ardilosas, fora do Regimento, porque não era isso que estava sendo discutido nesta tribuna.

E eu quero, mais uma vez, esclarecer que, no Regimento da Casa, não há figura do Corregedor. Corregedor, na Casa, não existe. E eu quero deixar bem claro isso. Todos nós fomos eleitos pelo nosso mandato. Uns, inclusive, com menos votos; outros, com mais, mas todos devemos ter respeito. E devemos ter respeito à figura institucional da Presidência da Casa. Eu faço essa advertência. Não é uma ameaça, mas uma advertência para que os nossos trabalhos andem corretamente neste 2º semestre.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, apenas para deixar claro, para os livreiros, que a sua advertência não tem a ver com o protocolo do projeto, já que o senhor emendou o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não, não, peço desculpa aos livreiros. Não tem nada a ver com os livreiros, assim como não tem nada a ver com as colocações do Ver. Pedro Ruas; tem a ver com outros episódios que têm ocorrido nesta Casa.

(14h42min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver.^a Sofia, o ilustre Vereador e Vice-Presidente Ver. Bernardino representa esta Casa e conduz sempre tão bem as Sessões quando este Presidente está em representação. Por favor, Ver. Bernardino, faça as honras da Mesa para nós. Na verdade, temos dois Presidentes, gostaria de deixar isso registrado para vocês.

(Aparte antirregimental.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): É indispensável essa colocação.

Em votação o Requerimento nº 142/13, de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13.

O SR. PEDRO RUAS: Ilustre Vereador-Presidente, Dr. Thiago; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, é sempre com muita cautela e respeito que, num tema de homenagem, eu discuto o mérito da proposta. Cautela e respeito com relação ao autor, Ver. João Carlos Nedel. Mas nós, do PSOL, não temos como votar favorável a um Requerimento que homenageia o 3º Batalhão de Polícia do Exército, pelo 43º ano de existência, cujo período inicial de existência coincide exatamente, Ver. Sgarbossa, com a ditadura militar e as suas consequências dramáticas.

Do ponto de vista da história do Brasil, nós não temos, no período moderno, tanto desrespeito aos direitos humanos quanto na ditadura militar que infelicitou esta Nação, entre os anos de 1964 e 1985, do século XX. E exatamente nas Forças Armadas residiu boa parte da violência que hora está sendo apurada, estudada.

Nós temos a Comissão Nacional da Verdade que deveria ser Comissão Nacional da Verdade e da Justiça. O povo brasileiro e a comunidade internacional clamam por justiça em relação a esse período arbitrário, a esse período de desrespeito à liberdade democrática, a esse período em que foi rasgada a Constituição Federal do Brasil, a esse período em que foram presos, exilados, torturados e mortos inúmeros brasileiros e brasileiras. É um período muito duro e que envergonha muito o nosso povo, a história do nosso Brasil.

Eu tenho, obviamente, o maior respeito pelo autor, mas com relação ao conteúdo, com relação ao mérito da proposta, não há como homenagear organismos, organizações militares ou paramilitares, ou circunstancialmente militares, que tenham mais de 40 anos, que tenham existido no período da ditadura militar, cuja história ainda não foi exatamente contada em relação a quem a justiça jamais foi feita. Nós trabalhamos muito, nos Comitês da Verdade e da Justiça, na identificação de locais onde houve violação grave de direitos

humanos em nosso País. Houve, ainda, uma Lei Federal que continua incompleta do ponto de vista da sua concretização, que é o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3, que objetiva a apuração, identificação dos locais e responsabilização das pessoas envolvidas no desrespeito, na violação aos direitos humanos, no Brasil. Como esta homenagem é justamente a um organismo pertencente ao Exército Nacional, com mais de 40 anos de existência – com respeito ao autor, repito, reitero –, nós temos que votar contrariamente. E este é o encaminhamento, Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, da Bancada do PSOL, exatamente pelos motivos que levam à existência, no Brasil, de uma Comissão Nacional, repito, que deveria ser da Verdade e da Justiça, e é apenas da Verdade; mas é o exercício pleno da cidadania, hoje, que nos coloca a obrigatoriedade de buscarmos verdade e justiça no Brasil.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, talvez este seja o menor pronunciamento que eu farei nesta tribuna, pronunciamento que vai se resumir a uma frase, mas nesta frase está contido um momento importante da História do Brasil. A Bancada do Partido Comunista do Brasil votará contra em homenagem aos nossos mortos e desaparecidos na ditadura militar, com consciência, com responsabilidade e com gratidão por todos aqueles que conseguiram participar do processo de redemocratização do nosso País. Em homenagem aos mortos aqui, na guerrilha do Araguaia, aos desaparecidos, aos que ainda buscamos. Talvez possamos sintetizar na cidade de São Sepé, num túmulo vazio, a espera do corpo de Cilon Cunha Brum.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, o Exército tem cumprido a sua obrigação constitucional em defesa da pátria, em defesa das nossas fronteiras e

prestado um serviço relevante ao nosso País. Homenagear este Batalhão, que foi fundado, há muitos anos – acontece que ele mudou de nome várias vezes –, é uma forma de agradecer o imenso serviço que o Exército presta ao nosso País, cuja Comandante-Chefe é a Presidente Dilma Rousseff. O 3º Batalhão de Polícia do Exército – hoje com sede lá nos altos do Morro Santa Teresa – está muito preocupado com a formação dos soldados, e, portanto, criou um Programa chamado “Soldado Cidadão”. Esse Programa está formando profissionais para um futuro melhor dentro desse Batalhão e também utilizando cursos em outros locais, como, por exemplo, o Pronatec. Mais de 100 soldados estão, nesse momento, fazendo o curso do Pronatec para sua qualificação profissional, para, quando saírem do Exército, terem uma profissão. Então, isso, realmente, enseja-nos homenagear este Batalhão, que é chamado Batalhão Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, que se formou há muito tempo, mas que, Ver. Pedro Ruas, veio trocando de nome. Então, não tem nada a ver com revolução; tem a ver com o trabalho que este Batalhão está fazendo, extremamente preocupado com as futuras gerações, em defender a qualificação profissional dos seus soldados. Então, nada mais justo do que esta Casa agradecer ao Exército, que tem como seu lema “Mão amiga e braço forte”, agradecer pelo imenso trabalho que tem feito. Nós, aqui, nesta Casa, não temos preconceitos, se nós formos pensar de 50, 60 anos atrás, então, o que nós vamos fazer? Esta Casa aprovou, por exemplo, a doação de um terreno para a construção de um memorial ao Luís Carlos Prestes, que praticamente foi o fundador do Partido Comunista aqui e que teve a famosa Coluna Prestes. Nós o estamos homenageando com um memorial, ali, ao lado do Fórum, e isso é democracia; agora estamos querendo homenagear esse Batalhão exatamente usando a democracia. Então, esta Casa não pode abrir mão dessa homenagem democrática ao Comando Militar do Sul, por meio do 3º Batalhão de Polícia do Exército.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver. Pedro Ruas, dirijome especialmente a V. Exa. V. Exa. sabe que eu venho de uma Casa onde o meu pai era Procurador Federal, em 1964. Ele tinha militância estudantil, tinha sido, Christopher

Goulart, Chefe de Gabinete no Justino Quintana, o jovem e o velho, Justino Quintana era Secretário da Educação do Governo do Rio Grande do Sul. Meu pai participou da legalidade de todos os episódios do trabalhismo, trabalhista que sempre foi. Quando, em 1964, ele chega para trabalhar no seu gabinete, lá em Brasília, estava uma guarnição do Exército. Ele se identificou, e disseram: “O senhor está dispensado, está demitido, e vai ter que ir embora”. E assim ele fez. Perguntaram: “Para onde o senhor vai?”. Respondeu: “Vou voltar para Bagé, que é minha terra natal. Lá residem os meus pais, a minha família”. E disseram: “Então, o senhor volte, e a cada período, de dois a três meses, apresente-se no quartel general para dar satisfações de onde o senhor anda e o que está fazendo”. Eu olho isso, Ver. Pedro Ruas, em um contexto histórico e preciso, necessariamente, olhar essa questão assim, no seu devido espaço e no seu devido tempo. O Exército brasileiro é uma instituição que está além e é maior do que um determinado período de tempo da história do Brasil. Todos nós cometemos, ou podemos cometer equívocos. A própria história da ditadura – e o nome é esse, não é redentora, não é outra – começa, em um primeiro momento, com o apoio da sociedade brasileira, não podemos nos esquecer disso. Dentro de um contexto histórico mundial geopolítico onde mundo se dividia em duas forças: aqueles que estavam sob a égide, a orientação do capitalismo, liderados pelos Estados Unidos da América; e aqueles outros países, que estavam sob a égide e a orientação da União Soviética, da então Cortina de Ferro, e nessa perspectiva é que se construía o mundo. Nós devemos ao nosso Presidente João Goulart – aqui está o seu neto, o Christopher – o fato de não termos tido, felizmente, no nosso País, uma guerra civil. O Presidente João Goulart decidiu ele próprio – contrariando, inclusive, o Brizola – de não fazer o enfrentamento lá naquela casa – a história registra – da Av. Cristóvão Colombo, onde era o Comando do 3º Exército, aqui, onde estavam reunidos, onde o Presidente João Goulart vem, ele vai àquela reunião, e, lá pelas tantas, entra o Brizola e faz um chamamento e diz – está naquele livro da Legalidade: “Presidente, o senhor me designa como Ministro da Justiça, o senhor designa o General [não lembro o nome] Comandante do 3º Exército, e nós vamos fazer o enfrentamento”. E quem não quis fazer o enfrentamento – e a história hoje tem que ser generosa – foi o Presidente João Goulart, que preferiu oferecer a sua vida e a sua história em holocausto, eu diria, indo para o exílio a termos um enfrentamento. Então, nós não podemos esquecer as referências históricas: naquele momento existiam duas forças

disputando poder e disputando visões de mundo, e, de novo, repito: no comício da Central do Brasil foram 700 mil pessoas – a maior parte das pessoas não lembra disso –, mas, no dia seguinte, no comício da Tradição, Família e Propriedade, em São Paulo, foram mais de 1,5 milhão. Um milhão e quinhentas mil pessoas! Então, não podemos descontextualizar essa história. O que acho importante é superarmos essa história, porque fez parte de um período específico, trazendo ensinamentos históricos, sim, mas compreendendo que a instituição Exército Brasileiro vem de antes e irá muito depois. A própria noção da grandeza do Território Nacional, dos limites continentais, Ver. João Carlos Nedel, que temos hoje, se deve ao Exército Brasileiro. A luta contra os totalitarismos, inclusive no teatro de guerra da Europa, da II Guerra Mundial – e lá estão os cemitérios com os pracinhas brasileiros; há sangue brasileiro e há sangue do Exército Brasileiro nessa história. Então, eu compreendo a homenagem proposta pelo Vereador muito maior, com o devido respeito, que essa questão que V. Exa. traz à tribuna. Muito maior! Estamos homenageando uma instituição, um poder militar, que é tão importante quanto o poder civil e que, hoje, está subordinado ao poder civil, felizmente, porque assim é que tem que ser. É claro que é lamentável, todos nós sofremos; eu próprio trago um testemunho, Ver. ^a Jussara Cony, da história familiar.

Nós também lamentamos, certamente, os desaparecidos e desejamos, mais do que qualquer outra coisa, que não voltemos a ter no nosso País um momento e uma circunstância como aquela. Mas, isso só será possível, Sr. Presidente, se, de fato, sem rancores, nós conseguirmos superar os episódios do passado e aprendermos com os episódios do passado as grandes lições e não desconhecermos que o Exército Brasileiro é uma instituição, sim, que, volto a dizer, não pode ser resumida naquele período. É muito maior do que isso. É uma instituição que nos orgulha – tenho certeza –, assim como todas as Forças Armadas, como também nos orgulharam os grandes homens deste País, os grandes políticos – e a política hoje está muito mal, é verdade, mas quem entra para a história são os grandes políticos; assim como grandes políticos orgulharam o nosso País – tomara que resgatemos isso e continuem orgulhando – também as Forças Armadas eu tenho certeza de que orgulham a nossa Pátria. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Christopher Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13.

O SR. CHRISTOPHER GOULART: Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Sras. Vereadores, todos que nos assistem pela TVCâmara, antes de mais nada, é uma honra participar destes debates. Acompanhei, na segunda-feira, a votação do Plano Plurianual, com muita atenção, com muito esmero e quero dizer que me orgulho de participar dos grandes debates da Casa. Toca a este Vereador prestar a nossa contribuição, em nome da nossa Bancada, do PDT, sobre uma matéria que me é muito pessoal, que me é muito particular. Eu nasci no exílio, o meu avô, Presidente João Goulart, a quem o Ver. Valter Nagelstein se referiu e todos sabem da sua história, morreu no exílio, não teve a possibilidade de retornar ao seu País em razão da sua visão reformista, em razão de querer as reformas institucionais e estruturais do Estado brasileiro. E essa revisão histórica será feita com muita intensidade no ano que vem, quando completará 50 anos do golpe civil e militar e certamente o País inteiro estará revisando conceitos. Vejam que eu digo: revisando conceitos. Porque o que as ruas hoje clamam, o que a sociedade espera, é justamente uma nova visão, talvez uma contribuição diferenciada, e aí, sim, entra o tema das reformas. Falarmos da questão tributária é atual, falarmos da questão educacional, administrativa, urbana, até a questão da lei de remessa de lucros, todas permanecem, sim, na pauta do País, num momento em que a sociedade exige uma mudança.

Voltado especificamente ao encaminhamento deste Requerimento, quero dizer que a sociedade, sim, deve evoluir, deve rever os seus conceitos. E eu posso falar sobre isso, mais do que ninguém, com alguma propriedade porque senti na pele os efeitos do exílio, da cassação, das torturas, eu sou militante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, mas concordo com o Ver. Valter Nagelstein. Eu entendo que nós devemos enxergar o transcorrer da história não com rancor, não com mágoa; e certamente meu avô não tinha esses sentimentos, mesmo sendo derrocado, mesmo no momento em que foi golpeado, em 1º de abril de 64, mesmo com tanta vontade de exercer a sua contribuição cívica, patriótica, fundamentada nas reformas estruturais e institucionais do Brasil. Eu tenho certeza de que, se havia um mal do qual o meu avô não tinha, era o rancor e a mágoa. Por isso, Ver. Nedel, estou de acordo, a Bancada do PDT vota “sim”, favorável à homenagem, por esse motivo, porque entendemos que as instituições devem evoluir,

pág. 11

como certamente a sociedade de uma forma geral entende e mesmo aqueles – porque o golpe não foi militar, foi um golpe civil-militar –, que eventualmente estiveram contra, há 50 anos, devem, como evolução da humanidade, evolução dos critérios da sociedade, reinterpretar isso, isso faz parte da evolução política, faz parte da evolução individual dos agentes políticos. Portanto, a nossa Bancada vota “sim”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem, venho, em nome da minha Bancada, o Partido dos Trabalhadores – do Ver. Engº Comassetto, Ver.^a Sofia, Ver. Sgarbossa, Ver. Mauro –, trazer a nossa contribuição a esse debate importante, como todos os debates que esta Casa proporciona, de reflexão. Afinal, quando estamos homenageando instituições, pessoas, estamos falando do passado, nos remetendo ao futuro e por isso, também, com todo respeito ao nosso colega que propõe a homenagem, Ver. Nedel, a quem faço as nossa honras de mais alto respeito por toda a sua atuação nessa Cidade, venho aqui fazer um debate sobre o conteúdo específico dessa proposta que propõe homenagear o 3º Batalhão da Polícia do Exército, que tem sede na nossa Cidade. A Justiça de transição, aquela justiça que os países implementam para fazer a transição das ditaduras para as democracias – ela é feita na África do Sul, na Argentina, no Chile, em todos os Países do Mundo, para exatamente que se possa sair do período da ditadura e transformar a Nação culturalmente, as suas instituições, as suas pessoas, para construir uma democracia com profundidade – tem três grandes pilares: o primeiro é o direito à memória e à verdade; o direito dos povos saberem o que aconteceu. Não é com mentira, não é com a queima de documentos, escondendo documentos que um país pode se reconstruir. Um país sem memória é um país sem futuro!

O segundo pilar é o da reparação, inclusive material, àqueles familiares, que é o caso do Christopher – com muito orgulho eu tive a oportunidade de acompanhar a sessão de anistia em que o Estado brasileiro pediu desculpas ao querido colega, muito bem-vindo à

Casa, Christopher, e à sua família, pelas funções, que perderam os familiares que tiveram que se exilar e por todos os sofrimentos que passaram.

E o terceiro pilar é a reforma das instituições, a necessidade de entrar, exatamente, nas instituições e transformá-las, modificá-las. É aqui que entra, exatamente numa zona muito perigosa, a Polícia do Exército. Ela é exatamente aquela instituição, aquele braço das Forças Armadas que se alonga na democracia e tutela ainda a democracia, de forma, na nossa opinião, equivocada, atrasada, defasada. Ainda assim, fazer essa transição na qual as Forças Armadas não podem, não devem, em hipótese alguma, atuar no território interno do País. Inclusive saúdo aqui a Argentina, que tem uma lei muito clara que separa as funções das polícias das Forças Armadas, proibindo a atuação; exatamente para terminar com as polícias dos exércitos é que a Argentina fez essa lei. O Brasil ainda não fez, como também não fez a punição daqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade, e assim como ainda não fez a verdadeira reforma das suas instituições de segurança, acarretando inclusive o atraso, a defasagem que nós temos na Segurança pública do Brasil, ainda tutelada, ainda imersa numa cultura militar totalmente equivocada com os ditames de uma polícia democrática.

É por isso, caro amigo, Ver. Nedel, que nós trazemos a nossa contrariedade. A Polícia do Exército tem uma história efetiva, nascida inclusive – o senhor não citou e é importante, porque a história sempre tem que vir à tona – na campanha da Itália, quando as Forças brasileiras assumiram o controle da cidade, no Monte Castelo, e aquela unidade fez o policiamento da cidade, do entorno do Monte Castelo. Essa é a origem da Polícia do Exército, meritória, histórica, e que tem que ser muito saudada, assim como os seus membros. Mas essa instituição, ela, efetivamente, foi o braço armado na ditadura, e que se prolonga hoje, ainda, numa concepção equivocada, querendo se espriar, aumentar, como no Complexo do Alemão; como nos Jogos Olímpicos. Forças Armadas não podem e não devem, num regime democrático, atuar como força de Segurança Pública, e é essa confusão institucional, essa zona cinzenta, que ainda existe no nosso País. Eu estava ontem no 20º Batalhão da Brigada Militar, quando chegou exatamente um oficial da Polícia do Exército para fazer a inspeção da Brigada Militar, e todos os oficiais da Brigada Militar tiveram que se postar em fila perante o Exército, uma concepção equivocada que a democracia não pode mais tolerar. As Forças Armadas sempre terão o nosso maior respeito quando se tratar dos assuntos da soberania do nosso País, da defesa dos

nossos inimigos externos; da Marinha, da proteção do nosso petróleo, e assim por diante. Mas o uso das Forças Armadas como força de Segurança Pública, isso nós sempre vamos condenar como uma triste memória viva dos períodos de ditadura.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Vereadores e Vereadoras, Ver. Valter Nagelstein, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Christopher Goulart, a quem me dirijo diretamente, e eu sempre reitero que não confundo a questão pessoal das relações entre colegas com o conteúdo dos temas aqui discutidos. Mas o Ver. Valter Nagelstein, por exemplo, coloca uma forma de esquecimento, passando pela ideia do perdão, algo assim – não com essas palavras talvez: como conteúdo, o que não é possível. Aliás, o exemplo da Alemanha veio a calhar. Na Alemanha, não existem avenidas de nome Himmler, Adolf Hitler. Não existem – nós temos homenagens aqui –, assim como, na Itália, não tem nada do Mussolini; como na Argentina; como no Chile; são proibidas homenagens aos praticantes de tortura, de violações graves dos direitos humanos. O que temos aqui é uma outra questão. Até 2009, de fato, havia essa ideia de que “está bem assim”, “não vamos mexer com o passado, porque o que está feito está feito e deixa por isso mesmo”.

Mas a comunidade internacional não permitiu que ficasse assim no Brasil. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Costa Rica, Ver. Alberto Kopittke, condenou o Brasil a fazer a justiça de transição. A comunidade internacional não aceitou o “deixa por isso mesmo” e trouxe ao Brasil a obrigação de fazer justiça, já que os brasileiros, em boa parte – não todos –, pareciam abdicar desse direito-obrigação. Então, foi formada a Comissão Nacional da Verdade, formados os Comitês da Verdade e da Justiça em todo o País, e eu vi, Ver. Christopher Goulart, em uma Comissão Nacional da Verdade, com Vossa Excelência, o pai de Vossa Excelência reivindicando o homicídio do avô de Vossa Excelência no exílio praticado pelas Forças Armadas do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile, na chamada Operação Condor. E nós sabemos o que aconteceu. Nós sabemos que, do militante Bacuri, Ver. Jussara Cony, até hoje não se encontraram todos os pedaços – porque alguns pedaços foram encontrados; de Paulo Stuart Wright, até hoje

se procura o corpo, e dizem que seu corpo está em uma represa do Rio de Janeiro. Nós sabemos quem foram os psicopatas do estilo Fleury que torturaram, que mataram brasileiros e brasileiras pelo prazer sádico de vê-los sofrer; nós sabemos quem foi o cidadão Boilesen, Presidente da Ultragaz, que dava dinheiro para esses organismos do Exército, Marinha e Aeronáutica para torturarem e matarem na frente dele. O único prazer que ele tinha, que era o preço suficiente para dar milhões à ditadura, era assistir à tortura e morte. Então, nós não temos o direito de esquecer esse período histórico antes que haja justiça. Depois – depois –, podemos discutir este tema. Até que haja justiça, nós não vamos homenagear esses ditadores, nós não vamos homenagear esses ditadores, nós não vamos homenagear os torturadores, os que prenderam, os que mataram! É um dever nosso de cidadania! É um dever nosso para com a história, é um dever nosso para com aqueles mortos e desaparecidos que até hoje estão na conta das Forças Armadas e paramilitares brasileiras. Para cada um de nós, cidadãos deste País, existe, sim, essa obrigação, e nós não vamos permitir que a ideia – simples e ingênua, talvez, na melhor hipótese – de um perdão tácito vá encobrir crimes que horrorizaram o mundo – o mundo! – a ponto de o Brasil ser condenado nessa Corte Interamericana a fazer justiça. A justiça que o Brasil abdicava de fazer foi obrigado a fazê-la! E agora, no início desses caminhos, nós temos que marcar uma posição definitiva: não à ditadura! Não aos crimes que foram ali praticados! Sim à justiça! Aqueles que morreram para defender a democracia merecem o nosso respeito. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 142/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Dr. Thiago Duarte, presidindo os trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero pedir encarecidamente a atenção do Ver. Pedro Ruas e do Ver. Alberto Kopittke.

Senhores, não acredito que alguém aqui possa apoiar tortura, mortes. Por favor, não generalizem, porque, lá na Polícia do Exército, como em tantas polícias do Brasil e do mundo, há também trabalhadores como os senhores. Nós não podemos generalizar, nós não podemos pegar fatos acontecidos no passado e ficar a vida inteira remoendo isso,

mas eu pergunto aos senhores: quem é a comandante máxima das Forças Armadas hoje? É a Presidente Dilma! Se qualquer militar descumprir uma ordem da Presidente Dilma, acontece o quê? Por favor, vamos entender a hierarquia militar! E aqui não está falando quem apoiou ou apoia tortura ou coisa que o valha. Não! São coisas distintas. São brasileiros que estão ali trabalhando assim como nós aqui, com a diferença de que lá eles cumprem ordens! E, quem não cumpre ordem no Exército ou nas Forças Armadas, os senhores sabem o que acontece?

Todos tiveram comandantes na sua época e no seu tempo como tem hoje! O que eu lamento profundamente – e vi agora, há pouco, o Coronel Cantagalo – e tenho um sentimento muito grande é que os comandantes daquela época tenham sido covardes, e são até hoje, porque se omitem também de falar efetivamente o que eles sabem! Coronel Cantagalo, se ainda estiver presente, leve essa informação, leve a fala deste modesto Vereador que serviu à Polícia do Exército. Eu lamento profundamente que os comandantes de hoje e de outrora que ainda estão vivos, a maioria é covarde, porque não contam a outra verdade. Nós estamos vendo uma sociedade que só conhece um lado da história também, isso precisa ser dito! E não tinha anjinho só daquele lado, não! Não foi de graça que foram lá para o Araguaia, armados, treinar em colonos, pessoas inocentes, para fazerem guerra! Não eram inocentes que foram para lá, não! Houve e aconteceram injustiças? É verdade, a história conta, e eu quero acreditar que é verdade. Inocentes foram torturados de ambos os lados, uns mais, outros não. A diferença é que um grupo usava verde-oliva. Estavam servindo a Pátria, não esqueçam disso! E outros serviam a causa – uns concordam, outros discordam, mas esta é a diferença: uns serviam a Pátria, e os outros serviam a causa! Porque uns acham que é justa e outros acham que não, e eu não quero entrar nesse mérito. Mas respeitem, por favor, a memória de quem serviu a Pátria. Ainda que os senhores possam não gostar de alguém lá do passado ou de hoje que comanda as Forças Armadas, não nos custa homenagear aqueles que estão lá trabalhando, assim como nós! Então, Ver. Nedel, vamos votar favoravelmente, sim, à sua Moção. Só lamento que eu tenha que dizer isso aqui, porque eu não sou favorável à ditadura, enfim, a tudo que possa tirar – vamos dizer assim – a liberdade dos seres humanos. Eu quero dizer assim, por favor, não levem isso como alguém que esteja apoiando ou que apoiou tortura. Agora, não esqueçam que, de ambos os lados, praticaram barbaridades.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº 142/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

O SR. PAULO BRUM (Requerimento): Há uma Moção de Apoio à Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul, de minha autoria, pela luta em defesa da escola especial. Eu gostaria de incluir esta matéria na priorização de votação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. PEDRO RUAS: Há um Requerimento da maior relevância para formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Casa, cujo anúncio será feito pelo Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado, Ver. Pedro Ruas e Ver. Dr. Thiago. Há fatos que a gente vem falando nesta Casa, discutindo há muito tempo, há muitos anos, a respeito da Procempa. Depois dos fatos ocorridos no dia de ontem, 13 de agosto de 2013, onde três pessoas saíram presas com a investigação do Ministério Público, e R\$ 46 mil foram jogados pela janela, hoje estou apresentando nesta Casa, como primeiro signatário, um Requerimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com 14 assinaturas dos seguintes Vereadores: Mauro Pinheiro, Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa, Alberto Kopittke, Engenheiro Comassetto, Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, João Derly, Cláudio Janta, Lourdes Sprenger, Séfora Mota, Tarciso Flecha Negra e Bernardino Vendruscolo. Entrego o presente Requerimento a V. Exa. Com 25 fatos determinados, estamos apresentando este Requerimento a V. Exa. para que seja instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, de imediato, da Procempa.

(Procede-se à entrega do Requerimento.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Recebo e daremos a ele os trâmites corretos, na forma do nosso Regimento.

Em votação o Requerimento nº 139/13, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo e do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. JUSSARA CONY: Nós estamos entregando a V. Exa, como representante da Câmara Municipal de Porto Alegre na Comissão de Organização da 5ª Conferência Estadual das Cidades, a relação dos nossos Vereadores e dos nossos funcionários que foram eleitos delegados para a Conferência que será realizada nos dias 15, 16 e 17. Nos dias 15 e 16, temos expediente nesta Casa, portanto, solicito que tenhamos, como delegados eleitos para esta Conferência, tantos os Vereadores, quanto os servidores, o olhar da Mesa, para que não sejamos considerados faltosos no nosso trabalho, porque fomos eleitos delegados da Cidade de Porto Alegre.

(Procede-se à entrega de documento.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Esta Mesa tem tido o cuidado com esse tipo de situação, Vereadora. Agora, temos tido algumas situações de distorções, as quais estamos corrigindo. Então, vamos analisar com todo o carinho a relação que V. Exa nos apresenta e vamos dar o trâmite legislativo necessário.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, se eu precisar usar da tribuna para mostrar que não há distorção, uso o meu tempo de liderança. A Conferência das Cidades...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereadora, sem dúvida, é outra coisa... Vereadora, o Presidente desta Casa tem 7 representações externas no período de 7 meses; alguns Vereadores têm 14; o Presidente da Casa tem 7 representações externas nos 7 primeiros

meses – não estou falando de V. Exa –; agora, há Vereadores com 14. Nesse momento, não cabe Comunicação de Líder. Não é nada com relação a essa situação, só com relação à questão das representações externas.

O SR. PEDRO RUAS: Apenas um registro, Excelência. Eu ouvi V. Exa. colocar esse tema, que é da maior relevância, e acho importante que nós possamos discutir na Mesa, aprofundar um pouco o que são as 7, o que são as 14, o que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Exatamente.

O SR. PEDRO RUAS: Talvez na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Sem dúvida.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento nº 136/13, de autoria do Ver. Alberto Kopittke. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 150/13, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 150/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhores que estão nas galerias; senhoras e senhores, venho aqui concordar com essa Frente Parlamentar que o Ver. Reginaldo Pujol propõe sobre as obras que serão realizadas no bairro Humaitá. É importante porque ali no Humaitá tem as emendas, aquelas famosas emendas federais... Porque nós tivemos quase sempre as audiências, as reuniões, junto com a Arena do Grêmio, juntamente com o Ver. Reginaldo Pujol. É interessante acompanharmos a Bancada pela Câmara. Tenho certeza absoluta de que a

minha Bancada, do PTB, vai apoiar esse Requerimento do Ver. Reginaldo Pujol, porque a situação do bairro Humaitá é muito importante para a Cidade, Ver. Comassetto – o senhor sabe o quanto é importante –, porque é um novo Bairro praticamente, é um novo modelo, onde estão aparecendo muitos empreendimentos, muitas empresas, enfim, eu acho que essa Frente Parlamentar só vem somar à comunidade, aos senhores moradores, aos senhores que têm empresas, enfim. Acho importante essa Frente, Ver. Tarciso, V. Exa. que tanto anda no bairro Humaitá. Ver. Pujol, essa Frente é tão importante quanto os Deputados Federais acham importante emenda federal, aquela que, aliás, vem sempre por metade, ou por terceiro, Ver. Comassetto: uma emenda de R\$ 30 milhões, veio R\$ 6 milhões, e assim por diante; há uma de 60, agora, que não sei quanto vai ser liberado. Mas o acompanhamento desta Casa será muito importante para nós vermos de perto, para termos a participação do Parlamento Municipal na revitalização desse Bairro que tanto está crescendo. E justamente cresce porque lá está a maior casa... Todos os dias, os planos imobiliários, Tarciso, botam sempre a Arena na propaganda. Eles não fazem tanto a propaganda do empreendimento deles, mas botam a Arena sempre no jornal. Acho que essa Frente Parlamentar só vem somar. Eu quero também participar diretamente, como Parlamentar e também como conselheiro do Grêmio, ajudando a direcionar as verbas públicas, ou seja, para onde elas devem ser aplicadas. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 150/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Venho aqui, em nome da minha Bancada, defender a aprovação deste Requerimento que institui ou constitui a Frente Parlamentar em apoio aos projetos constantes do Programa Integração do Bairro Humaitá.

Quero dizer ao Ver. Reginaldo Pujol que o bairro Humaitá, que recebeu, no último período, o maior investimento na cidade de Porto Alegre, que foi a construção da Arena e todo o empreendimento da OAS. E quando o Ver. Sebastião Melo era Presidente desta Casa, nós tivemos a oportunidade de fazer o debate e ajudar a fazer a votação, no Plano Diretor, da possibilidade de que lá saísse a Arena. Naquele momento, a nossa Bancada

propôs – e foi aprovado – que aquele investimento deveria ser uma operação urbana concentrada. O que isso significa, Ver. Tarciso Flecha Negra, o senhor que nos deu muitas vitórias no tricolor? Significa que a operação da Arena e da OAS não deveria ser só a construção do estádio, que o Poder Público, a Prefeitura, por lei, tem a responsabilidade, e o Prefeito não executou, de fazer um planejamento estratégico para toda a Região Entrada da Cidade. E um planejamento, inclusive, determinando as compensações do empreendimento para resolver o problema da drenagem urbana, que ali é de grande necessidade. Temos ali em torno de 2.500 famílias que vivem em comunidades irregulares, e não foi apresentado projeto de regularização dessas vilas, começando pela Santo Agostinho, à beira da *freeway*, até a Tio Zeca, até porque o projeto do PIEC parou. Nós temos o problema de mobilidade urbana, que equivocadamente o Prefeito vai para a imprensa dizer que é de responsabilidade federal. O Governo Federal disponibiliza recursos. Agora, quem tem que elaborar projetos, propostas é o Município, e isso não foi feito! O sistema de mobilidade urbana: por ali passa o Trensurb. Nem mesmo um estudo para ligar o trem à Arena e à região foi feito. Então a proposta do Ver. Reginaldo Pujol que estabelece uma Frente Parlamentar em apoio aos projetos constantes ao Programa de Integração do Bairro Humaitá, eu diria que é uma Frente Parlamentar, para além, inclusive, dos programas, porque nós temos que rever o desenvolvimento. E o aumento do Aeroporto? Ali se aponta a possibilidade de fazermos o Centro de Eventos naquela região. E por que não? Eu acho que é uma excelente região. Ali se aponta fazer outros investimentos públicos e privados e é a entrada da nossa Cidade, ali vai chegar a nova BR, que está já com os viadutos, com as rampas que ficaram em cima das casas, Ver. Pujol. E por que parou em cima daquela comunidade? Porque a Prefeitura não trabalhou o reassentamento de 19 famílias, por onde passa a alça do viaduto; e nós precisamos resolver isso, Ver. Brasinha. Precisamos resolver de uma forma dialogada, trabalhada e consertada para que esses recursos sejam bem aplicados, e que a nossa entrada da Cidade seja um cartão postal e não, um território abandonado, apesar de ter grandes investimentos econômicos.

Então, venho aqui, em nome da minha Bancada, declinar o nosso apoio ao Requerimento, e a contribuição, inclusive, de participar da Frente para instituímos esse debate e transformação real da região. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 150/13.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente; Vereadores e Vereadoras; todos que nos assistem; quero dar aqui os parabéns ao Ver. Pujol. Eu convivo no Humaitá, antes da construção da Arena do Grêmio, com famílias de lá. Há uma senhora, que eu até a chamo de mãe – desde a época do Grêmio de 1980 –, com a qual me relaciono e com toda a sua família, que é uma família maravilhosa, e também com outras famílias de lá. Há um ou dois meses eu fiz um discurso, que deve estar gravado, em que eu perguntava – falando sobre o Humaitá – de quem era aquela região. Não era da OAS, não era do Grêmio, não era do Município, então, de quem era esse filho? Falando com algumas famílias lá do Humaitá, eu disse brincando: Vamos fazer uma vaquinha e vamos arrumar o que está precisando aqui para que vocês possam viver tranquilamente. Mas que bom que o Ver. Pujol agiu sabiamente, com a Comissão. Parabéns, Reginaldo Pujol! Só assim a gente pode ver o Humaitá lindo, com a Arena. Podemos ajudar muito, Pujol, muito, muito mesmo. Porque é uma pena, na entrada da Cidade, uma Arena tão linda... E não vou dizer que as pessoas estão vivendo ali com um problema, mas poderiam ter melhores condições de vida ali. Eu tenho visto, quando chove, alagamentos que demoram 15, 20 dias para irem embora. Eu não sei por quê. A explicação técnica é que algumas galerias se romperam e a água demora a ir para o Guaíba. Então, eu fico muito contente quando se ouve falar que alguma vila, algum bairro ou uma ilha de Porto Alegre está tendo um olhar mais profundo, está sendo cuidada. É uma alegria imensa. Porque a gente é eleito em Porto Alegre, eu fiz 5 mil votos, mas não é para as 5 mil pessoas, é para Porto Alegre. Essas 5 mil pessoas confiaram seus votos a mim por aquilo que eu sou, por aquilo que eu demonstro ser nas ruas de Porto Alegre, pelo meu carinho para com Porto Alegre. Então, o meu carinho não é só para com 5 mil pessoas; o meu carinho é para com Porto Alegre, é para com os bairros de Porto Alegre. Eu trabalhei, por muitos e muitos anos, em muitos bairros de Porto Alegre – Sarandi, lá em cima, no Sesc, trabalhei mais na Zona Sul, Tristeza, Ponta Grossa, enfim –, então, a gente vê que a gente fica ali por anos, convivendo com a família, convivendo com as pessoas e vendo as dificuldades que existem nos bairros, que existem nas ruas, que existem no trânsito, na segurança, em

pág. 22

tudo isso. Então, cada vez que há um olhar profundo de alguns Vereadores, a gente só tem que aplaudir, Reginaldo Pujol, porque isso é uma visão de Porto Alegre, isso é buscar o melhor para Porto Alegre. Porque, quando você melhora um bairro de Porto Alegre, isso quer dizer que você está melhorando a cidade de Porto Alegre.

Então, está de parabéns. E eu gostaria – mesmo não fazendo parte da Comissão – de ir junto, para que a gente possa, de alguma maneira, ajudar. Porque essa é a minha vontade, a minha bandeira com aquelas crianças, com aqueles jovens, para que eles possam ter um bom caminho e amanhã poderem ser os grandes cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento nº 150/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 147/13, de autoria do Ver. Paulo Brum. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 147/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Paulo Brum, se me permite, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Sr. Presidente desta Casa, eu gostaria de apoiar a Moção de Apoio, mas mais do que apoiar, votando simbolicamente, gostaria de me manifestar. Não é fácil a posição das APAEs, de luta por manutenção de suas escolas. E considerando o outro lado, acho que é muito importante nós não trabalharmos maniqueístamente. Quem defende as APAEs não defende a inclusão. Aqui está a Rejane, nossa professora da Rede Municipal de Ensino, professora de escola especial. Nós compreendemos e discutimos muito com o Governo Federal, com as professoras, com os professores, com os pais e mães. A Associação dos Amigos de Down, por exemplo, tem uma posição bastante radical sobre o tema da inclusão total. Pois qual é a defesa? A defesa é que toda criança, independentemente do seu jeito, com uma deficiência, inquietude, dificuldade de aprendizagem, com idade diferente da série que deveria estar, “n” situações, tem direito a uma escola e a uma escolaridade adequada ao seu desenvolvimento. Portanto, temos que alterar, sim, as escolas regulares, que, infelizmente, ainda são muito “regulares”, que não sabem lidar com a diferença, que não avaliam, a partir do momento em que cada

criança se encontra, suas características. Elas barram, sim, e muito, a inclusão por terem turmas muito numerosas, falta de estrutura de pessoal, falta de informação, de professores, de tecnologias assistivas. O que é isso? A criança precisa ter um computador com programas específicos que ajude na sua mobilidade, na sua diversidade, etc. Agora, defender tudo isso e dizer que as APAEs e as escolas especiais têm que fechar não nos serve. As APAEs de hoje são muito diferentes da primeira e única instituição, inclusive elas são precursoras de atendimento à criança, ao adolescente e adulto com deficiência, que era um outro perfil. Inclusive o nome APAE deve mudar, e eu sei que esse debate existe nas APAEs, porque ainda trabalha com o termo “excepcional”, e nós sabemos que é “pessoa com deficiência”. Portanto, o nome deve ser alterado, há um debate muito bacana nas APAEs de não ser alterado apenas o nome, mas alterar a forma de atender. Essa alteração curricular, as nossas escolas especiais já fizeram, elas se tornaram escolas inclusivas, além de serem escolas especiais. Elas têm a estimulação precoce, lá no começo, com pais, com criança pequena, Ver. Paulo Brum, e tem a saída, lá na ponta, três anos dedicados à integração do nosso aluno na sociedade, na cultura, no trabalho. Nós temos estagiários aqui na nossa Casa a exemplo disso, com acompanhamento dos professores, eles sairão da escola com muito mais autonomia, de fato, porque, durante a escola, eles estiveram incluídos no mundo, porque a escola não é fechada, não é murada, não é segregadora. E assim têm que ser todas as escolas da APAE. E nós não concordamos com que elas fechem; elas têm que se transformar, como estão se transformando e não podem perder recursos federais! Porque fazer a educação para pessoa com deficiência é muito mais caro, porque tem que ter muito mais pessoal! Então, esse é um processo que nós defendemos, como um processo de construção da escola para todos, como processo da construção do direito à educação para todos e de todos! Portanto, nós precisamos de todas as instituições, das nossas escolas especiais, dos espaços de apoio à inclusão, da inclusão com forças nas escolas regulares estaduais, privadas. Porque as escolas privadas vêm muito devagar por conta da eficiência, as escolas privadas têm pouquíssimo esforço de acolher a pessoa com deficiência. E a APAE é privada e faz isso!

Portanto, eu quero apoiar nesse sentido, com esse contexto, e dizer que nós precisamos... Como esta Casa já instalou o Fórum de Inclusão Escolar, nós estamos na Semana da Inclusão Escolar e, na semana que vem, vamos votar projetos nesse sentido.

Hoje eu apoio, fortalecemos o esforço de todas as instituições para dar conta da diferença de quem andava invisível, excluído de qualquer oportunidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não havendo mais quem queira encaminhar, em votação o Requerimento nº 147/13 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. WALDIR CANAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja incluído na priorização de votação do dia de hoje o PR nº 008/13, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Associação Atlética Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Waldir Canal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** O PR nº 008/13 será votado na sequência.

Em discussão o PLL nº 117/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Christopher Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 117/13.

O SR. CHRISTOPHER GOULART: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de forma objetiva e clara, a nossa homenagem ao André Machado é em função da sua desenvoltura, da sua atividade reconhecida na sociedade, no meio da comunicação. Também em função de uma ligação importante a quem nós temos uma admiração, uma veneração: seu pai, que foi Presidente desta Casa, Dilamar Machado, colega do meu pai, quando foi Deputado Estadual em 1982, João Vicente Goulart. E também uma referência muito importante para todos nós que temos uma devoção ao trabalhismo; mas não só ao trabalhismo, mas para todos aqueles que têm uma admiração pela lisura no processo público, pela lisura das atuações dos agentes políticos que, certamente, esta Casa reconhecerá, concedendo esta homenagem, esta honraria ao André Machado. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 117/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que se faz importante o registro, porque esta Casa tem sido, muitas vezes, considerada como Casa das homenagens, e há homenagens que são fundamentais para podermos reconhecer histórias que fizeram a diferença.

A homenagem, em si, parece ser uma forma de o Vereador ou a Vereadora desprestigiar este Parlamento. Eu quero vir aqui, de propósito, falar do homenageado – Christopher Goulart, que está aqui num período curto –, que já recebeu uma pequena menção há uns dois anos e que não pôde estar na audiência, o nosso jornalista André Machado, pela história dele, pelo seu perfil. O André Machado tem uma dedicação, uma competência, uma capacidade imensa, estando num veículo de comunicação que nós sabemos que não é neutro, como, de resto, os veículos de comunicação como um todo. Enquanto a mídia for financiada pelo poder econômico, ela terá influências, e a mídia toda é assim. Acho que a discussão da democratização da mídia neste País é urgente, necessária, temos exemplos de outros países do Primeiro Mundo – que não são da América Latina, para não parecer algo vinculado aos de esquerda e aos comunistas –, países da Europa que têm um limite de propriedade de meios de comunicação por empresa, por família. Então, quero distinguir o jornalista André Machado do seu órgão de comunicação, quero trabalhar o seu perfil, um perfil aplicado, profissional, investigativo, sério, que traz temas importantes. Eu aprendo muito com as suas reportagens, com a atenção que ele dedica aos temas; tenho o maior respeito pelo jornalista André Machado pelo seu diálogo com todas as matizes políticas, pois não é fácil se dedicar ao jornalismo político porque é uma área que muda a cada hora, não se termina um dia sem uma novidade, não se começa outro sem uma mudança de conjuntura. Não é fácil ser um jornalista atualizado na área da política, nada fácil, porque é um tema em relação ao qual a sociedade inclusive tem dificuldade de acompanhar pelos inúmeros Partidos, pelas inúmeras dimensões do debate político. E há um jornalista que é possível dizer que não é um jornalista como alguns, que usam, na verdade, as suas fontes de um jeito que eu não gostaria de aprovar. O André Machado é um jornalista ético, consegue ser ético a partir do trabalho que faz, inclusive a empresas que têm as suas vinculações de campo ideológico. Acho que esta

pág. 26

Casa reconhece o seu trabalho, de jornalismo sério, e também homenageia seu pai, Dilamar Machado, com quem muitos Vereadores aqui conviveram pessoalmente e por quem têm um grande respeito pela figura de alguém que fez uma história muito importante para esta Casa, que marcou esta Casa. Penso que com isso também homenageamos o Parlamento Municipal. O nosso Parlamento, quero dizer, aqui, ao conjunto de Vereadores, que instala uma CPI, que sabemos que é delicada – que bom, que tem implicações políticas –, mas que fica, portanto, à altura da expectativa da sociedade, à expectativa de todos nós, corte na carne de quem cortar, dos nossos Partidos, dos vossos Partidos, a expectativa sobre nós, designados que somos pela cidadania, é que zelemos pelo bom cuidado, pelo bom trato do interesse público.

Então, quero também atribuir esta homenagem, que vai ao nosso jornalista e ao ex-Vereador Dilamar Machado, uma homenagem à seriedade do Parlamento, o Parlamento que tem essa ebulição política, que tem essa permeabilidade da vida da Cidade, das polêmicas da Cidade, das polêmicas do País, mas que não se furta às suas tarefas marcadas pela diferença, sim, mas cumprindo a tarefa de receber essa sociedade, de fiscalizar o Poder Público, o bom uso do recurso e legislar, na medida do possível, para que o interesse público seja preservado, que a gente faça a inclusão social, que a gente faça a justiça social.

Então, Christopher, olha a representação enorme que coloco nesta homenagem. Parabéns e um grande abraço ao nosso querido André Machado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 117/13.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Dr. Thiago; Ver. Christopher Goulart, nós queremos fazer a nossa manifestação de apoio a esta justa homenagem de Título de Cidadão Emérito ao Sr. André Luiz de Mello Machado, jornalista aqui do nosso Estado do Rio Grande do Sul, atuante no jornalismo com responsabilidade, com transparência e de forma imediatista. O Ver. Christopher, na sua passada aqui conosco, tem demonstrado ser um colega participativo, um colega com um trabalho efetivo em prol das causas

sociais, e esta homenagem revela a sua nobreza no sentido de estar homenageando um jornalista do mais alto quilate, que é André Machado.

Fui motivado especialmente a subir à tribuna para trazer a minha palavra de apoio também a esta homenagem, em se tratando do jornalista André Machado, filho do Dilamar Machado, que foi meu professor de Direito Penal na Universidade. Eu, filho de Vereador desta Cidade, e o Ver. Dilamar, na ocasião meu professor, também na Academia, mantínhamos um contato de muita proximidade, de muita relação, não obstante o papel que desempenhava como meu professor. Dilamar Machado, tenho altas e relevantes recordações da sua figura.

Depois, Ver.^a Mônica Leal, com o passar do tempo, tive o conhecimento de que o André era filho do Dilamar. Todas as vezes que falo com o André, faço essa referência e relembro a figura de seu pai como meu professor. Ele, que é jornalista como V. Exa., Ver.^a Mônica.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Sabino, em nome da Bancada do PP – dos Vereadores Nedel, Villela –, e como jornalista, como Vereadora, eu queria cumprimentar o Christopher por esta iniciativa que chega em boa hora. O André é um excelente jornalista, trabalha com a notícia, com a verdade no cumprimento da isenção daquilo que faz: o jornalismo sério. Então, eu acredito que Porto Alegre já em boa hora homenageia um grande profissional da comunicação. Muito me orgulha, principalmente porque sou sua colega. Obrigada.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Muito obrigado, Ver.^a Mônica, que, aqui, como colega de profissão do homenageado, traz uma palavra, corroborando então o que vários Vereadores têm manifestado.

Portanto, Ver. Christopher, em nome da Bancada do PTB, especialmente em meu nome, trago aqui a minha palavra de apoio em se tratando da figura de uma pessoa por quem nós temos a mais alta estima. Parabéns pela iniciativa!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Com satisfação recebemos o Secretário Kalil Sehbe Neto e o engenheiro Aurélio Froener, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Urbano. Sejam bem-vindos a este plenário!

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 117/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu entendo que toda a vez que prestamos uma homenagem para um jornalista de opinião, muitas vezes, inclusive, opiniões que não são agasalhadas por todos, que ora fazem afirmações que nos agradam inteiramente e, em outros momentos, colocam posições com as quais a gente não pode concordar. A minha opinião pessoal é que, quando a gente homenageia um cidadão de certa maneira polêmico, nós estamos homenageando a liberdade de imprensa, nós estamos nos comprometendo com a liberdade de imprensa, com a possibilidade real de que nos jornais, nas rádios e nas televisões, as pessoas possam emitir as suas opiniões, de forma responsável, sendo por elas absolutamente entendidos. É o caso do homenageado pelo Ver. Christopher Goulart, que vê aprovado o seu primeiro Projeto aqui na Casa. É um belo início. Inaugurar um portfólio no Legislativo com um Projeto dessa ordem, Vereador, é muito positivo.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Reginaldo Pujol, eu fiz questão de pedir um aparte ao senhor, porque é importante esse Título que o Ver. Christopher Goulart propõe ao jornalista André Luiz Machado, que tem uma experiência na área política muito grande. E a credibilidade que ele tem, a credibilidade de uma bela empresa onde ele trabalha, isso significa o padrão de jornalismo que a RBS tem. Nada melhor do que esse título para este cidadão, jornalista André Machado, e dizer que, realmente, o André vai fazer parte desse grupo seletivo dos Cidadãos porto-alegrenses. Meus parabéns também ao nosso Secretário Kalil Sehbe Neto, que chegou neste momento, é uma grande honra tê-lo aqui.

O SR. REGINALDO PUJOL: Agradeço a V. Exa., que demonstra concordância com a linha de raciocínio que estamos estabelecendo. A homenagem ao André Machado é uma homenagem à imprensa livre. Eu teria razões de ordem pessoal para homenageá-lo, a

pág. 29

começar, Ver. Elizandro Sabino, pela circunstância de não ter sido aluno do seu progenitor, Dilamar Machado, mas junto com o Paulo Brum, fomos colegas do Dilamar aqui na Câmara de Vereadores. Tive com ele grandes polêmicas. Ele também é um homem de opinião, mas afinal o respeito mútuo se consolidou ao longo do tempo. Então, eu sei que o polêmico André Machado vem de um lar bem formado pelo Dilamar e pela Dona Léa, sua genitora, e certamente o Ver. Goulart teve muita sensibilidade ao escolhê-lo como objeto de seu primeiro projeto de lei. O nosso voto, obviamente, depois desta manifestação, só pode ser favorável. Eu alerto para a necessidade de que, regimentalmente, a Casa possa expressar a sua vontade através de uma expressão numérica mais adiantada, isto é, precisamos de 24 votos para aprovar esta matéria, e peço que todos tenham a paciência de permanecer na Casa para estender o seu voto. Contribuo para que isso ocorra com imediatez, terminando aqui o meu pronunciamento e reafirmando as posições já colocadas na tribuna. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver.^a Jussara Cony, encaminharemos à Mesa essa comunicação que V. Exa. acabou de fazer, qual seja, dos delegados e suplentes para a 5ª Conferência das Cidades – Etapa Porto Alegre, nos dias 15,16 e 17, e agradeço ao Sr. Engenheiro Aurélio Froener, mais uma vez, que tem trabalhado muito nesse sentido.

A Ver.^a Luiza Neves está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 117/13.

A SRA. LUIZA NEVES: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara; público aqui nas galerias; senhoras e senhores; saúdo também o Secretário Kalil, que nos visita, é uma honra tê-lo aqui. E encaminho a posição favorável do nosso Partido através do Ver. Christopher, que é o proponente – já te parabenizando pela iniciativa –, dos Vereadores Márcio Bins Ely, Mario Fraga, Delegado Cleiton, Cláudio Janta e também pelo Ver. Nereu. Estaremos votando favoravelmente à justa homenagem ao jornalista André Machado. O trabalho dele é de referência como jornalista, como comunicador. Eu, que venho da área da comunicação, sei que vemos a mídia, nos nossos dias, muitas vezes, aliás, na maioria das vezes, sendo tendenciosa; em outras vezes, até mentirosa. E quando nós lemos as páginas,

pág. 30

principalmente as de conteúdo político, nós vemos claramente a quem esses jornalistas servem, não precisam nem se identificar que nós conseguimos fazer isso com muita precisão.

Já no caso do jornalista André Machado, nós conseguimos, sim, ver a imparcialidade de um verdadeiro jornalista, porque nós, quando estudamos a cadeira de Introdução ao Jornalismo, aprendemos que o jornalista tem que ser imparcial, independente das suas posições ideológicas, políticas ou das suas convicções. Isso nós vemos nesse profissional e ainda mais sendo filho de um trabalhista como o nosso ex-Presidente Dilamar Machado, de quem o nosso salão nobre leva o nome. Portanto muito nos honra, nesta tarde, conceder-lhe esse prêmio.

Portanto parabéns ao nosso homenageado, que será o André Machado; parabéns, Ver. Christopher. Muito obrigada, e que Deus abençoe todos!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Luiza Neves.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 117/13 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**.

Em discussão o PR nº 008/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 003/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Está encerrada a discussão em 2ª Sessão.

Em discussão o PLE nº 027/12. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 027/12.

O SR. ENGº COMASSETTO: Colegas Vereadores e Vereadoras, eu volto a esta tribuna para discutir este projeto do Executivo – ou melhor, mais um projeto do Executivo – que propõe alienar um imóvel do patrimônio público do DMAE, localizado lá na Av. Dr. Carlos

Barbosa. Nós já fizemos aqui, nesta tribuna, inúmeras discussões, e aqui eu quero convidar todos os 36 Vereadores para continuar essa reflexão, mas, principalmente, os meus colegas da CUTHAB – Ver. Janta; Ver. Brasinha; nosso Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Ver. Cassio; Ver. Pedro Ruas. O Governo propõe vender mais uma área do Município e nós recebemos aqui, nas nossas Comissões, dezenas de comunidades que estão sendo despejadas ou que não conseguem construir o Minha Casa, Minha Vida em Porto Alegre, com o dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal. Eu creio que nós precisamos fazer um debate sobre esses projetos do Executivo para que não sejam vendidas essas áreas e para que nós não possamos utilizar esses terrenos para um programa habitacional do Município de Porto Alegre. Não é a primeira vez que isso acontece, e eu quero aqui falar com o Ver. Mario Fraga. Há quatro anos, quando o DMAE foi vender uma área lá em Belém Novo, nós fizemos esse debate e pedimos que, antes de mandar uma área para ser vendida, se fizesse uma análise se ela não serve para a habitação do Município.

Há o Departamento Municipal de Habitação – aqui eu dialogo com os colegas Vereadores do PTB – e está lá o Everton, como Secretário, hoje, com uma quantidade imensa de comunidades querendo construir os programas habitacionais, o dinheiro está na Caixa Econômica Federal, e não tem território, não tem área. Se uma área como essa, ali na Av. Dr. Carlos Barbosa, não é uma área dentro do Programa Cidade Urbanizada, onde temos ônibus, onde temos escola, onde temos habitação, onde temos trabalho, onde temos infraestrutura, água, esgoto e telefonia, por que vamos autorizar o Executivo a vender áreas públicas municipais e não destiná-las para os programas de habitação do Governo Municipal? Quero dizer que Porto Alegre está ficando para trás, entre as cidades brasileiras, para resolver o seu programa de habitação prioritário. Sabem quantas pessoas de zero a três salários mínimos não têm casa hoje em Porto Alegre? Setenta mil famílias! Tem dinheiro para isso? Sim, o dinheiro está depositado na Caixa Econômica Federal. O que o Município tem que fazer? Apresentar o projeto, apresentar áreas e conduzir o processo. Sabem quantos inscritos tem hoje, Ver. Paulo Brum, o senhor, que é do PTB? Quantos inscritos tem lá, e o Dr. Goulart ainda fez o edital? Cinquenta e cinco mil inscritos esperando o Minha Casa, Minha Vida. Será que é de bom tom vendermos as áreas municipais para buscar recursos para outras finalidades que não destinar essas áreas para habitação? Eu acredito que não seja a melhor medida. O Governo Municipal

pág. 32

fez uma proposta respondendo ao Ministério das Cidades, instituindo um Programa Municipal de Habitação de Interesse Social que são só diretrizes, que não apresentam as áreas. Essas áreas devem servir para Habitação de Interesse Social. Quero aqui dizer que nós, da Bancada do PT, pedimos que seja adiado isso para que o Governo possa fazer uma análise e, junto conosco, verificar se isso não pode ser para Habitação de Interesse Social. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 027/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, senhores e senhoras, eu estava observando a área do terreno ao qual o DMAE solicita autorização desta Casa para alienar. É uma área na Av. Carlos Barbosa, uma avenida importante desta Cidade, área que não tem mais atividades do DMAE. No entanto, eu me questiono sobre algumas instituições que têm necessidades importantes, e cito a Agapan, que é uma entidade que tem muitos anos de existência – agora não lembro quantos, mas, com certeza, uns 50 –, uma entidade que teve a sua modesta sede derrubada. Ela ficava numa nesga de terra, pequena, cedida pela Prefeitura, até que, por problemas de concessão de alvará, uma empresa entrou lá à noite e a colocou abaixo. Até hoje a Agapan, uma entidade conhecida e reconhecida, não tem um lugar, Ver. Marcio Bins Ely, uma sede.

Assim, eu gostaria de fazer aqui um apelo. Não sei se essa é a ideal, porque ela tem 8 metros de frente e 50 metros de profundidade. É uma área do DMAE, é um próprio da Prefeitura, é uma área interessante que fica na Av. Carlos Barbosa e não é tão afastada do Centro, pois a Agapan tem interesse de ficar no Centro da Cidade.

Então, acho que a gente poderia talvez não votar hoje e consultar a Prefeitura e a Agapan sobre a possibilidade de essa área permanecer com sua sede. Neste momento, Ver.^a Fernanda, estamos discutindo a autorização ao DMAE para alienação ou venda de uma área que o DMAE tem e que não utiliza na Av. Carlos Barbosa. Essa é uma hipótese que levanto e que pode não ser adequada, pois a Diretoria da Agapan pode não entender adequada para suas atividades. Talvez fosse prudente não votar hoje, porque fica muito difícil. Às vezes, a Prefeitura não encontra alternativas para atender, e, neste caso, na

minha opinião, tem uma responsabilidade, porque a Agapan perdeu sua sede em função de um desacerto com a Prefeitura, que acabou autorizando uma pizzaria para funcionar lá. Claro que foi um problema administrativo, um descontrole administrativo que chamou a atenção de nós todos. Isso foi em 2011. Fizemos algumas reuniões sobre a concessão de alvarás de localização e observamos que há uma fragilidade importante: não há, por exemplo, uma checagem do endereço que é fornecido à SMIC como o endereço onde vai funcionar o empreendimento ao qual se está solicitando o alvará. Eu acredito que isso tenha sido corrigido. Nós chamamos a Junta Comercial, que também não verifica o terreno. Então, tem furo nessa concessão de alvará.

Portanto, a Agapan foi prejudicada em função disso, está num espaço improvisado e precisa de uma sede. Eu tenho insistido nisso e tenho uma outra sugestão de espaço físico para a Agapan, e o problema é que não há prédio. Então, não conheço. Pelo que li no Processo, há uma construção nessa área do DMAE. Será que essa construção não poderia servir à Agapan? Então, eu coloco ao conjunto dos Vereadores. Quem sabe observemos o Projeto com mais atenção e posterguemos a votação para encontrar uma solução. Se convencidos estivermos, aí poderemos votar, quem sabe, na segunda ou na quarta-feira que vem. O importante é que é um próprio, a Prefeitura tem uma gestão sobre ele, é um próprio Municipal, pode resolver problemas e não simplesmente alienar e angariar recursos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Há um apelo no sentido de que se adie a votação para se buscar um entendimento melhor. Há uma controvérsia em torno do assunto. Então solicito a V. Exa. que submeta a nossa proposta de adiamento por duas Sessões, ficando para a próxima quarta-feira, obviamente, a análise final e a discussão ou não do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando o adiamento da discussão do PLE nº 027/12 por duas Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (16h31min) Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Tenho um encaminhamento a fazer, Sr. Presidente. (Lê.): “Termo de Anuência e Compromisso. Os Vereadores e Vereadoras que subscrevem, em cumprimento ao Acordo Político-Administrativo para a gestão desta Câmara na Legislatura 2013-2016, manifestam a sua anuência e compromisso no sentido da substituição da Vereadora Sofia Cavedon pelo Vereador Mauro Pinheiro no cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora no exercício de 2013. Sala das Sessões, 14 de agosto de 2013”.

A Ver.^a Sofia Cavedon tem dificuldade de cumprimento da agenda em razão dos seus compromissos com o Partido, considerando que as nossas reuniões são sempre nas segundas-feiras. Então, a Ver.^a Sofia pediu que este Vereador encaminhasse esse Termo de Acordo, e eu levo, então, à presença de V. Exa. para ver quais as providências que vai tomar.

(Procede-se à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Esta Presidência acata o que o Plenário decidir. Então, segunda-feira, faremos os trâmites desse Processo.

Em função de uma solicitação da Ver.^a Mônica Leal – inclusive, Vereadora, quero agradecer a atenção –, vou ler o Laudo de Proteção Contra Incêndio da Câmara Municipal de Porto Alegre emitido pelo Eng^o Hélio e que já foi inclusive distribuído para a imprensa (Lê.): “A Câmara Municipal de Porto Alegre possui LPCI (Laudo de Proteção contra incêndio) e PPCI (Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio) desenvolvidos e apresentados em 2007, os quais permitiram a obtenção do Alvará de Proteção e Prevenção contra Incêndio emitido pelos Bombeiros da Capital no mesmo ano. A CMPA já havia iniciado o processo de atualização do Alvará através de uma empresa que não concluiu os serviços embora já tivessem sido atualizadas algumas plantas, realizadas compras de equipamentos faltantes e substituição de outros que a empresa julgou necessários, a CMPA realizou o pagamento das taxas do FUNREBOM necessárias para a vistoria e esta chegou inclusive a acontecer, tudo registrado no processo nº 3922/11. Quando da vistoria, os bombeiros

pág. 35

verificaram pequenos problemas a serem corrigidos que a empresa não tinha verificado, porém a empresa não deu continuidade no trabalho. Já elaboramos termo de referência para a nova contratação, que tramita no processo 01825/13 e solicitamos propostas onde a de menor valor enquadra-se no valor limite para dispensa de licitação. Tratando-se de contratação anual de objeto específico, submetemos no início do mês de julho à DG que enviou à procuradoria com vistas à autorização para contratação direta. Entendemos que o processo todo que culmina na obtenção do Alvará atualizado, deverá estar completo no período compreendido entre 60 e 180 dias após a contratação da empresa no processo 01825/13. Por último é importante ressaltar que todos os sistemas de prevenção existentes na CMPA estão revisados e operacionais, como hidrantes e suas mangueiras, extintores, alarmes de incêndio, iluminação de emergência e sinalizações previstas no PPCI". Serviço de Obras da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Quero deixar isso bem claro, muito obrigado, Ver.^a Mônica, pela presteza e pelo auxílio.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu venho aqui, em nome da oposição, fazer um agradecimento aos Vereadores e as Vereadoras desta Casa que entenderam sobre a importância que tem fazermos uma investigação no tema da Procempa, por todas as denúncias dos últimos dias a respeito de mais de R\$ 50 milhões, desviados da Companhia Municipal de Processamento de Dados e por toda a quantidade de dinheiro encontrado na casa dos dirigentes da Procempa. O Ver. Mauro Pinheiro, membro da nossa Bancada, que já vinha realizando um estudo profundo, com um conjunto de dados, em nome da nossa Bancada, sugeriu aos colegas Vereadores e Vereadoras, que prontamente assinaram a Comissão Parlamentar de Inquérito – foram 14 assinaturas. Além do Ver. Mauro Pinheiro, subscrevem essa CPI: este Vereador; a Ver.^a Sofia Cavedon; o Ver. Alberto Kopittke; o Ver. Pedro Ruas, do PSOL; a Ver.^a Fernanda Melchionna, do PSOL; a Ver.^a Lourdes Sprenger, do PMDB; a Ver.^a Séfora Mota, do PRB; a Ver.^a Jussara Cony, do PCdoB, o Ver. João Derly, do PCdob; o Ver. Cláudio Janta, do PDT; o Ver. Bernardino Vendruscolo, do PSD e o Ver.

pág. 36

Tarciso Flecha Negra, do PSD. Este conjunto de Vereadores teve aqui a sensibilidade do entendimento do papel constitucional desta Casa, que é fazer a investigação, pois a Cidade está exigindo que a Câmara tenha um papel mais ativo nos temas que dizem respeito à fiscalização do que ocorre na cidade de Porto Alegre. Esta Legislatura já é superior em 100% às Legislaturas anteriores, pois, agora, no início de agosto, nós temos duas CPIs instaladas nesta Casa. A primeira, que está em curso, presidida pelo Ver. Cláudio Janta, é a CPI da Telefonia, e agora teremos a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades da Procempa. Queremos dizer que para Governo nenhum, para Parlamento nenhum, para cidade nenhuma é bom que haja corrupção; agora, quando ela existir, nós precisamos apurá-la.

Foi apreendida, nos últimos dias, uma quantidade imensa de documentação que está sob sigilo. Portanto, a CPI tem o papel e autoridade para tornar públicos esses documentos que não vêm a público. Nesse sentido, eu quero aqui cumprimentar os Vereadores e fazer um pedido de que a Mesa encaminhe o mais rapidamente possível a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que possamos, de imediato, iniciar a realização dos trabalhos, devido ao que foi anunciado hoje. Na semana passada, estive aqui, nesta Casa, a Procempa, na CPI da Telefonia, dizendo que ela tem uma capacidade imensa para resolver problemas da Cidade, mas não tem gestão, e, como não tem gestão, também há desvio dos recursos públicos. Esses recursos terão que voltar para os cofres públicos. Este é o papel da CPI: fazer com que haja transparência e boa aplicação do recurso público. Aos colegas Vereadores, em nome do Ver. Mauro Pinheiro, fica o agradecimento àqueles que compreenderam; aqueles que não compreenderam no primeiro momento, que venham ajudar na CPI. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; público que nos assiste nas galerias, em especial o meu amigo Daia, de Caçapava do Sul, que veio nos visitar hoje, uma grande liderança do nosso Partido; povo que nos assiste através da TVCâmara. Hoje é um dia importante nesta Casa, um dia especial para a população de

Porto Alegre. Eu venho aqui, neste espaço que me cabe, dentro do período de Lideranças, dentro de um acordo do nosso Partido, dizer que assinei a CPI da Procempa, porque entendo que, desde o início, o nosso Prefeito, o nosso Executivo vem pedindo investigações e vem investigando essa empresa importantíssima no Município de Porto Alegre; uma empresa que é responsável pela automação da nossa Cidade, uma empresa que permite que a Prefeitura poupe R\$ 7,5 milhões, Ver. Tarciso, ao mês, somente com a automação das sinaleiras, com a informação de dados entre as Secretarias, que permite que o Município poupe R\$ 7,5 milhões de telefone fixo, e pode permitir que o Município poupe mais ainda, quando implementar a telefonia de celular, que vem dando uma tecnologia incalculável para a Prefeitura de Porto Alegre, e que, além disso, presta serviço para a Refinaria Alberto Pasqualini, para a Zero Hora, para a Santa Casa – para mais de 50 empresas a Procempa presta serviços, através da transferência de dados. É uma empresa que orgulha os porto-alegrenses, é uma empresa de ponta na área de informática, é uma empresa que merece, com certeza, todo respeito e consideração da população de Porto Alegre, que merece que o seu patrimônio seja respaldado. E a Prefeitura pede essa investigação, a Prefeitura encaminhou o início de todo esse processo. Eu acho que como a Prefeitura fez isso, como o Ministério Público está fazendo.

Acho que cabe a nós – representantes do povo, trazidos até aqui pelo voto popular, com o nosso mandato, com o respaldo da comunidade de Porto Alegre – cumprir o nosso papel. Acho que cabe a nós ver de perto tudo isso que está em segredo de Justiça; cabe a nós ver toda essa tentativa de destruição dessa empresa pública, que vem manchando essa empresa de extremos serviços prestados à população de Porto Alegre e ao nosso Município. Eu acho que a Câmara de Vereadores tem um papel fundamental com seus entes e com a população de Porto Alegre. Esse papel é de fazer leis importantes que garantam a integridade do nosso povo, um bem ao nosso povo, na Saúde, na Educação, na Habitação. Esta Câmara de Vereadores tem um papel importantíssimo, meu Líder Márcio Bins Ely, de trazer a transparência das coisas públicas, do que é feito nas nossas empresas públicas. Com certeza, achamos que a Casa do Povo, que representa a população de Porto Alegre, tem que dar sua contribuição. Por isso assinamos essa CPI e esperamos que ela traga novos rumos a essa empresa que tem que continuar sendo pública, transparente e continuar prestando esse grande serviço à população de Porto

Alegre. Com força e fé, nós vamos melhorar a vida dos trabalhadores e da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na circunstância me coloco hoje na Liderança do Governo. Eu falo como um Vereador desta Casa, integrante do Partido Democratas, seu Líder – é permitido um Vereador para este Partido, segundo Regimento da Casa –, e praticamente desenvolvo um raciocínio muito semelhante ao do Ver. Janta, que reconhece claramente que os episódios que envolvem a Procempa estão sendo devidamente esclarecidos pelo Ministério Público em face de uma ação desenvolvida a partir de uma decisão do Executivo Municipal, que determinou a constituição de uma comissão específica para sindicar junto à Procempa acerca de situações que chegavam como denúncias de boas fontes até a chefia do Executivo. E, se nós atentarmos para as manifestações que ocorreram, no dia de hoje, a respeito dos fatos do dia de ontem, nós vamos observar que o Ministério Público, de forma clara, tem afirmado que está agindo em função do resultado das sindicâncias constituídas pelo Governo Municipal e, a partir dela, tomando as providências que vêm sendo tomadas. O que me parece – e não sou dos mais inteligentes, mas tenho alguma capacidade de raciocinar – que está provocando a ação do Ministério Público é exatamente a Comissão de Sindicância constituída pelo Governo Municipal que chegou às conclusões que chegou e que teve essas conclusões integralmente encaminhadas ao Ministério Público, que agora age no sentido de aprofundar aquilo que já foi apontado. Pergunta-se: o que fará uma Comissão Parlamentar de Inquérito diferentemente disso? O que fará? Uma CPI vai levantar o quê? Os fatos já levantados, Ver. Janta? Esses estão levantados. Vai inquirar o Ministério Público de incompetência para continuar nas providências que está tomando? Qual o caminho de uma nova investigação que eventualmente venha a ser feita por uma Comissão Parlamentar de Inquérito senão encaminhar para o Ministério Público? Não há outro caminho! Não engane ninguém nesta Cidade que uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode encaminhar de forma diferente dessa que nós estamos comentando aqui.

A Comissão Parlamentar de Inquérito levanta fatos, levanta irregularidades, dá subsídios para quem de direito tomar as medidas adequadas que precisam ser tomadas. E esse é o Ministério Público!

Então, eu entendo que uma CPI tem razão de ser quando fatos fundados existem, objetos têm que ser apurados, irregularidades têm que ser levantadas e não tenham sido anteriormente levantadas e anteriormente identificadas. E não há como se retirar do Prefeito Fortunati ou do seu Governo esta atitude de, cortando na própria carne, determinar uma sindicância, que redundou no levantamento de fatos entregues ao Ministério Público e que desencadearam todo esse processo.

Por isso, eu quero acentuar muito bem que não estou falando em nome do Governo: estou falando em nome do Partido que represento nesta Casa, o Democratas, que entende que as Comissões Parlamentares de Inquérito são extremamente válidas quando algum fato precisa ser investigado. Honestamente – e eu não quero ser o dono da verdade –, honestamente se me parece que os fatos que se quer ver investigados já o foram. Eles têm que ser, agora, objeto da devida elucidação e responsabilização, e quem faz isso, Sr. Presidente, é o Ministério Público, a quem já está entregue o resultado da sindicância requerida, determinada e respeitada em seus resultados pelo Prefeito José Fortunati. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Pujol.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Brasinha está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, está em discussão preliminar de Pauta um projeto muito importante, como vários, mas eu quero chamar a atenção para o Projeto do Executivo – PLCE nº 008/13 – que institui como Área de Interesse Cultural os imóveis situados na Macrozona 08, Quarteirão 1, na área denominada Aldeia Indígena Charrua Polidoro, localizada na Estrada São Caetano, nº 2004, caracterizada como propriedade municipal indivisível, institui regime urbanístico próprio e dá outras providências.

Todos nós conhecemos o povo Charrua, a sua luta por uma área, a peregrinação que fizeram, ficaram em casas de passagem, sofreram muita discriminação para o reconhecimento da existência como índios Charrua. Não havia essa identificação ainda e nem reconhecimento até essa mobilização de alguns anos, que chegou a envolver Senado Federal, que chegou a envolver esta Casa muitas vezes, e hoje eles estão assentados lá na Lomba do Pinheiro, aldeia que conheci, aldeia para qual agora o DEMHAB desenvolve moradias específicas, observando a disposição solicitada pelos Charruas. Há uma área designada pela Prefeitura, depois de muita luta, e que agora se transforma em Área de Interesse Cultural. Eu já abro este debate porque a Cacica Aquab e o Vice-Cacique Sérgio Senak, que estão aqui conosco, sempre trazem as suas urgências e dizem que hoje têm um grande desafio: o DEMHAB vai construir as casas, isso está muito lento, eles estão enfrentando o inverno com bastante dificuldade, inclusive de sobrevivência, dificuldades de receber a cesta básica que vem da FASC com a regularidade que deveriam receber. Chamo a atenção, Ver. Christopher, que eles reivindicam uma regularidade melhor no recebimento das cestas básicas – o povo Charrua, como gostam de ser chamados – e também reivindicam que um centro cultural seja construído. Porque o DEMHAB reconhece as moradias, mas não reconhece que deve fazer o centro cultural, que para eles é uma necessidade importante para a educação das crianças, para a vivência comunitária. Então, quero acrescentar essa pauta aqui, e mais, que possamos, em conjunto, fazer uma emenda acrescentando, nominando, embaixo da titulação Área de Interesse Cultural, o seguinte: “Reserva indígena – reserva para o povo Charrua.”

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia, sobre este Projeto, a CUTHAB está providenciando, encaminhando este Projeto e

já nos foi dado um encaminhamento, uma pauta positiva. Inclusive compareceu, no dia dessa audiência, a sua filha Ângela. Esta Casa também está participando das negociações através da nossa Comissão, a CUTHAB.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sei, Delegado Cleiton, que bom que foi feito esse registro. Gostaria, Delegado, que V. Exa., presidindo esta Comissão, nos ajudasse a propor na reunião de Mesa e Lideranças, votação em Regime de Urgência desse Projeto. Acredito que V. Exa., através do PDT, possa propor na reunião de Mesa e Lideranças. Devo me afastar no próximo período, o Ver. Mauro vai assumir a função da Mesa, porque pedem urgência em função de que querem ter a segurança de que essa área nunca mais sairá da mão do povo Charrua e porque essa designação de área ajuda nos outros aspectos da sua luta, que V. Exa. está acompanhando muito bem, que a Comissão está acompanhando muito bem. Que possamos fazer a emenda consagrando como reserva indígena. Fico contente, sei que todos conhecem, porque o povo Charrua dialoga com todos. Acho que podemos acelerar, portanto, a tramitação, e adequar o Projeto. Obrigada. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Nedel; na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara; senhoras e senhores; venho a esta tribuna, no período de Pauta, tecer alguns comentários a respeito de projetos que tramitam em 1ª e 2ª Sessão. O primeiro deles é do meu colega de Bancada, Vice-Líder da Bancada do PDT, Ver. Cláudio Janta, que tem por objetivo ampliar o rol de integrantes do Conselho Municipal de Transportes Urbanos – Comtu –, e dando outras providências. Acredito que sempre que a gente puder ampliar a participação da população, ampliar a participação das entidades dentro de uma forma regrada, nós vamos estar dando mais legitimidade, oportunizando também que os erros e acertos sejam coletivos, para o bem da Cidade.

Então, eu quero cumprimentar o Vereador por essa iniciativa. Também quero dizer que, no Conselho do Plano Diretor, que também é regulamentado pelo próprio Plano Diretor,

ou seja, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que tive a honra de presidir por três anos, 2009, 2010, 2011, nós também temos ali uma proposta de ampliação do Conselho. Está sendo debatida com as regiões, fundamentalmente com a Macrorregião 8, porque nós temos uma área territorial muito grande e existe uma discussão na comunidade da Restinga, Ver. Christopher, que tem por objetivo nós criarmos a Região 9 de planejamento. Também ampliaríamos mais um assento das regiões de planejamento que hoje são oito, mais o Orçamento Participativo; ampliaríamos mais uma entidade e mais um órgão governamental, passando então o Conselho a ser integrado por 30 entidades e não por 27 como hoje ocorre. Então, encaminho aqui nesse sentido da iniciativa do Vereador e colega de Bancada Cláudio Janta.

Quero também aqui fazer menção ao Projeto de Lei de minha autoria, em conjunto com o Ver. Elias Vidal – que já não está mais no mandato, mas que na última Legislatura colaborou para que nós formatássemos o Projeto de Lei –, que tem por objetivo traçar políticas públicas para as terapias florais, terapias naturais. Inclusive foi organizado junto com a equipe do Deputado Giovani Cherini, que faz um trabalho na área holística, também na acupuntura. Fazer um novo regramento foi um pedido do Sindicato. Nós estamos apresentando, junto com o Ver. Elias, um Substitutivo ao Projeto dele, tentando aprimorar o Projeto e dando respaldo e guarida legal também para a prática de terapias naturais em Porto Alegre. E nós queremos ver logrado o êxito aqui e, em princípio, estamos programando para aprovar este Projeto no segundo semestre.

Queremos falar também no Dia da Consciência Negra, que o Ver. Delegado Cleiton inclui no calendário. É um Projeto que tramita na 2ª Sessão de Pauta. Quero também cumprimentar o Vereador que propôs que nós homenageássemos o Senador Abdias, nosso Senador negro, do Espírito Santo, dando ao Viaduto da Pinheiro Borda, a nomenclatura do nosso Senador, também negro; nós, que temos no nosso Partido, o Governador Alceu Collares. Na nossa Bancada tivemos também outros colegas Vereadores. Assumiu aqui, no mês passado do período de recesso, o nosso Ver. Cristaldo; já tivemos aqui o Alex da Banca e outros que também integram a representação e fazem parte do Movimento Negro do PDT e que têm tão bem representado a nossa sociedade, através dos seus mandatos e da sua colaboração nos poderes constituídos, seja no Senado, seja no Governo do Estado, na Câmara dos Deputados, aqui na Assembleia, aqui na Câmara Municipal de Vereadores. Cumprimento também o nosso colega de

pág. 43

Bancada, Presidente da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação da nossa Câmara Municipal – o que é uma grande responsabilidade –, Delegado Cleiton. Ficam aqui os nossos cumprimentos pela iniciativa e a nossa manifestação hoje no sentido de dar sequência a esses Projetos para que sejam priorizados e aprovados o quanto antes. Era o que eu tinha para dizer, Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente João Carlos Nedel, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste, nós protocolamos, nesta Casa, no início do ano, o Projeto de Lei que altera o Conselho Municipal de Transportes Urbanos, também amplia o rol de seus membros, muda a sua competência e dá outras providências. Entendemos que é o momento de mudar os critérios do Comtu, principalmente o período de mandato, a recondução desses conselheiros. Esse Conselho tem que ser mais dinâmico e que funcione conforme os outros conselhos, como o Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho da Saúde, Conselho da Mulher, Conselho do Meio Ambiente. Estamos encaminhando e já temos duas emendas a este Projeto de Lei, que tramita em 1ª Sessão de Pauta.

Também quero comentar o Projeto, de autoria do nosso Líder de Bancada, Ver. Márcio Bins Ely, sobre o programa de Terapias Naturais no Município de Porto Alegre. Cada vez mais aparecem terapias naturais para ajudar as pessoas a terem um pouco mais de saúde e a encontrarem um pouco mais de bem-estar social.

Outro Projeto que quero comentar é o de autoria do companheiro de Bancada, Delegado Cleiton, que institui o Dia da Afirmação Negra no calendário oficial da nossa Cidade, e comentar também a Comenda Abdias do Nascimento. Como o Ver. Márcio já falou, foi um grande representante do nosso Partido, um grande representante da causa do povo negro e dos trabalhadores do nosso País.

Também o Projeto do Ver. Paulo Brum, referente às reservas de estacionamento de uso público ou privado para as pessoas com deficiência. É vergonhoso o que acontece.

O Sr. Paulo Brum: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cláudio Janta, na verdade, o que a gente vivencia no dia a dia é um total desrespeito com pessoas portadoras de deficiência que não têm o benefício, que não têm o direito de estacionar o seu veículo em vagas reservadas às suas necessidades. Várias campanhas já foram feitas, mas isso ocorre no Brasil todo. Aqui em Porto Alegre, quando eu assumi a Secretaria Municipal da Acessibilidade, nós fizemos a campanha Respeitar é Legal. Existe um Projeto do Ver. Comassetto tramitando aqui na Casa, que pretende instituir a multa moral, mas a multa moral é apenas um papel que vai no para-brisa do indivíduo. Esse indivíduo que estaciona o carro na vaga que não lhe é de direito já é um moralmente baixo. Então um papel no seu veículo não vai adiantar. O que nós queremos é que haja a multa, que haja o peso no bolso do cidadão que estacionar o seu carro na vaga reservada a veículos de pessoas com deficiência. Obrigado pelo aparte.

O SR. CLÁUDIO JANTA: E, realmente, Ver. Paulo Brum, acho que nós criamos uma cultura na nossa população, que só respeita quando arde no seu bolso. E eu acho que tem que arder no bolso. Eu fico indignado, envergonhado, quando chego numa área pública ou numa área privada e vejo, muitas vezes, sair de dentro de um carro, que foi estacionado na vaga para deficientes, uma pessoa bem serelepe da vida, bem faceira, bem alegre, que não sabe a dificuldade que passa uma pessoa com necessidades especiais, não sabe a dificuldade de uma pessoa enferma – pode-se dizer –, que precisa de cadeira de rodas, de muleta, para se locomover. E essas vagas para carros são ocupadas, muitas vezes, por pessoas que têm preguiça, por não quererem andar um pouquinho mais.

Eu acho que esta Casa tem como intuito educar a população de Porto Alegre, seja por meio de leis educativas ou por leis que ardam no bolso. Então, se de forma educativa não resolvermos, eu acho que nós temos mesmo é que multar essas pessoas, porque a cidadania dos portadores de deficiência é superior a qualquer tipo de multa.

Então, nós apoiamos a sua emenda, a sua proposta de lei, que é de extrema importância para os portadores de deficiência do nosso Município, que usam vagas públicas ou privadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel; Sras. Vereadores, Srs. Vereadores; público nas galerias e público que nos assiste pela TVCâmara, neste período de discussão de Pauta. Poucos sabem o quanto é difícil, Ver.^a Luiza Neves, colocar um Projeto na Câmara, o quanto é difícil fazer, montar, ser aprovado, passar pela Procuradoria, passar pela Diretoria-Legislativa. São muito poucos. Eu, que já estou aqui há bastante tempo, sem ser nome de rua e sem ser menção, acho que não chego a ter 20 projetos – e tenho quase 20 anos de Casa, entre um mandato e outro. Mas este Projeto é da minha área, e depois de todo esse tempo, eu consigo criar um programa de incentivo, Ver. Tarciso, aos campos de futebol amador do Município de Porto Alegre. Estou criando o Programa de Incentivo aos Campos de Futebol Amador da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Ver. Paulo Brum, que conhece tão bem os campos de futebol, como todos os Vereadores, inclusive as Vereadoras, que, vez ou outra, passam por um campo de futebol de várzea, seja lá na Restinga ou no Parque Mascarenhas, no bairro Humaitá. E todos nós, sem exceção, sabemos que todos os campos, Ver. Paulo Brum, precisam, necessitam e têm alguma coisa faltando. Ver. Brasinha, que mora praticamente ali na frente do campo do IAPI, veja quanta coisa pode ser feita naquela área com este Projeto. Então, este Projeto está criando incentivos para as empresas que quiserem ajudar o Município e colocar a sua publicidade, a sua propaganda, atrás das goleiras, desde que não sejam propagandas de bebidas e cigarros. Com certeza, com esses Vereadores todos, talvez eu aceite e receba mais uma emenda de algum Vereador que possa colaborar. É a primeira discussão de Pauta. Eu acho muito importante, porque todos os Vereadores têm a ver com o futebol de várzea. V. Exa., Ver. Tarciso, mais ainda.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, Ver. Mario. Eu quero lhe cumprimentar e parabenizar. Conte com a nossa Bancada do PSD e conte com este Vereador, porque eu sei de onde vim e, por isso, acho esse seu Projeto maravilhoso. Eu vim dos campos de futebol de várzea como muitos dos jogadores que estão no Brasil e no mundo. Então é muito importante este

Projeto. Eu tenho certeza que os bairros, as vilas, a cidade de Porto Alegre, a população de Porto Alegre, a várzea de Porto Alegre está aqui te aplaudindo também. Obrigado.

O SR. MARIO FRAGA: Ver. Brasinha, foi neste sentido que falei, V. Exa. que conhece tão bem o Alim Pedro, quantas melhorias a gente pode fazer com este Projeto que estou implementando hoje para que dê incentivo aos campos de futebol amador.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mario Fraga, realmente você é um tradicional parceiro e amigo e que curte muito o campo de várzea. A gente sabe o quanto isso é bom para a comunidade, para unir as pessoas, traz o jovem para praticar o esporte, e isso é importante. Quero te dar parabéns, pois tu és um verdadeiro herói, que sempre mantém essa linha incentivando o esporte amador. Parabéns, e pode contar com o meu apoio.

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Não posso deixar de elogiar essa sua atitude, até porque tinha que vir do companheiro e colega, Ver. Mario Fraga, que é uma pessoa que sempre incentivou o futebol amador, de várzea, dos campinhos e bairros, coisa que não existe mais, até por essa falta de incentivo. Quero elogiar essa sua postura. Eu, que já joguei quando guri no futebol de várzea, no campo do Espírito Santo, Cruzeirozinho e Serraria, tenho mais é que elogiar essa sua posição.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero te cumprimentar aqui, Mario, nosso Vice-Líder de Governo, que sempre foi identificado com o futebol de várzea, inclusive respondeu pela Secretaria de Esportes no Governo Fogaça. Quero te cumprimentar por esta iniciativa e dizer que vamos estar contigo para aprovarmos o quanto antes este Projeto que vem em benefício do futebol amador na nossa Cidade. Parabéns pela tua iniciativa. Conte com este colega, Vereador.

O SR. MARIO FRAGA: Obrigado, Vereadores. Obrigado, Presidente João Carlos Nedel, pelo tempo assegurado. Tenho certeza de que desde que estou aqui não consegui fazer um projeto, Ver.^a Luiza Neves, que se identificasse comigo, e agora, graças a Deus eu

consegui fazer este Projeto que se identifica bem com as minhas origens, que é o futebol amador. Muito obrigado pelo espaço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Encerrada a discussão de Pauta.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Ver. João Carlos Nedel, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu uso este espaço de Liderança da minha Bancada, formada pelo Ver. Cassio Trogildo, meu Líder; pelo Ver. Elizandro Sabino e pelo Ver. Paulo Brum, que me cederam este momento para eu falar sobre o meu Projeto que tramita nesta Casa e que está em Pauta. Como eu não pude falar em Pauta, estou usando o tempo de Liderança.

O quanto é importante o esporte. Nessa linha, o Ver. Mario Fraga é um verdadeiro incentivador do esporte amador.

Primeiramente, Ver. Nedel, eu protocolei um Projeto propondo que haja a Semana da Vila IAPI no calendário oficial. Por quê? A Vila IAPI é uma das vilas mais tradicionais de Porto Alegre; é uma vila que foi fundada e foi doada por Getúlio Vargas, nosso querido Presidente, Ver. Elizandro Sabino. E mais ainda, quanto é importante a Semana da Vila IAPI, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Paulinho Brum, por quê? Nós temos a cantora Elis Regina que está sendo homenageada todos os dias. Então, isso vai somar junto, nessa Semana em que nós poderemos mostrar mais a Vila IAPI para a Cidade, mais para o Rio Grande e para o Brasil, porque a IAPI não é só dos moradores da IAPI, é de todo cidadão porto-alegrense. Eu tenho orgulho de morar na melhor vila do Rio Grande do Sul, talvez melhor do Brasil, onde há tanto espaço de lazer. E mais ainda: com a chegada da Arena do Grêmio, lá no bairro Humaitá, juntamente com o Prefeito Fogaça, que nos ajudou a buscar uma demanda de contrapartida, Ver. Carlos Nedel, vai ser revitalizado o Parque Alim Pedro, totalmente restaurado pela Construtora OAS. Por quê? Muita gente perguntou, Ver. Delegado Cleiton, o que o Grêmio tem a ver com o Parque Alim Pedro, na Vila IAPI? Claro que tem, é a cidade de Porto Alegre, é uma contrapartida que, há mais 30 anos, existia ali, que necessitava, e nós conseguimos direcionar ao Alim Pedro.

Então, este Projeto que eu protocolei, de haver a Semana de Eventos no calendário oficial de Porto Alegre, na Vila IAPI, vai ser muito importante, porque a Vila IAPI já tem, no cenário nacional, o nome Elis Regina, e, quem sabe, teremos a oportunidade de trazer a filha dela para fazer um show no Parque Alim Pedro. Quero contar com o apoio dos colegas Vereadores, Ver.^a Mônica Leal, V.Exa. que conhece muito bem a Vila do IAPI, que é – como costume dizer – a melhor vila do Brasil, do mundo, porque é uma vila na qual todo mundo circula, muitas pessoas famosas já foram lá. Então, acho que é importante este projeto ser aprovado, instituindo a Semana do IAPI. Já existem semanas em outros bairros – no Bairro Rubem Berta tem a semana do Rubem Berta –, então, acho, Paulinho Brum, que as coisas começam a clarear mais, junto com essa contrapartida que vem através da Arena do Grêmio, Ver. Reginaldo Pujol, o senhor que conhece muito bem o IAPI, que frequenta a Amovil e que conhece bem a associação do IAPI. Então, quero que este Projeto seja apreciado pelos colegas Vereadores, que olhem com carinho para nós aprovamos essa Semana de Eventos do IAPI e, mais ainda, juntamente com inauguração da revitalização completa do Alim Pedro, porque a construtora já contratou a empresa que executará as obras. Só faltam algumas licenças, mas está andando bem. Se Deus quiser, esse parque será entregue para a Cidade, para a Vila do IAPI, para Porto Alegre e para o Rio Grande. Quem sabe nós poderemos colocar até o ônibus de turismo para passar no IAPI, pois o primeiro conjunto residencial feito em Porto Alegre foi o IAPI. Então, o IAPI é uma grande alegria, é a terra da Elis Regina. Isso é muito importante, inclusive, para nós trazermos a filha da Elis para fazer um *show* no Parque Alim Pedro, com a parceria da iniciativa privada. Quem sabe pode acontecer isso? Então, é importante essa Semana de Eventos do IAPI. Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Não havendo mais inscritos, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h23min.)